

## OS ESTUDOS MEDIEVALÍSTICOS NO BRASIL

*Hilário FRANCO JUNIOR\**

A historiografia, como toda manifestação cultural, reflete as preocupações e o estágio vividos pela sociedade que a produz. Não é de se estranhar portanto, mas de se lamentar, que não há muito tempo tenha surgido entre nós a idéia de se excluir História Medieval dos currículos tanto secundários quanto universitários. A justificativa, afirmava-se, era dar maior atenção aos períodos históricos mais diretamente ligados à compreensão da atual realidade brasileira. Como se fosse possível analisar adequadamente uma construção histórica sem considerar suas fundações. De fato, o presente só pode ser compreendido a partir do estudo do passado, mas este deve ser visto no seu todo, pois levar em consideração apenas uma parcela dele, é arriscar-se a facilmente atingir conclusões frágeis.

Felizmente, a estreiteza intelectual daquela proposta não pôde ainda ser levada adiante, e sobretudo não impediu um crescente interesse pela Idade Média entre nós. É verdade que continuamos muito longe da fértil produção medievalística européia, com suas dezenas de revistas especializadas no período, com vários centros específicos de pesquisa e milhares de publicações anuais a respeito. Mesmo em relação aos Estados Unidos, cujas preocupações medievalísticas são relativamente recentes, estamos bastante distanciados: para ficarmos num único dado, houve ali em 1986, 13 congressos dedicados à história da Idade Média, enquanto no Brasil, o primeiro evento do tipo ocorreu apenas em 1985.

Contudo, diversos indícios demonstram uma maior curiosidade pelos assuntos medievais no nosso país nos últimos anos, inclusive por

\* Professor do Departamento de História da PUCSP.

parte do público não universitário. É o caso de filmes ambientados na Idade Média – com rigor bastante variável de caso para caso – e que fizeram relativo sucesso de público, como *Excalibur*, *Irmão sol, irmã lua* ou *O feitiço de Aquila*. É o caso ainda de romances como *O quarto das senhoras* e, bem recentemente, *As brumas de Avalon*. Não é significativa a trajetória de *O nome da rosa*, considerando-se tratar de um livro volumoso, com várias passagens em latim, com discussões distanciadas do grande público (heresias, milenarismo, conflito guelfosgibelinos)? É claro que se trata de uma obra muito bem escrita e com elementos de *best-seller* (mistério, sexo, assassinatos), mas acima de tudo o clima que transmite é medieval. Obra escrita, aliás, por um competente ex-medievalista.

Indício mais importante porém, é a existência de uma produção nacional de obras sobre a Idade Média. E estamos nos referindo não a artigos de revistas acadêmicos ou a teses universitárias – que naturalmente circulam em âmbito restrito – mas a livros colocados à disposição de um mercado amplo. Boa parte dessas obras, é verdade, está constituída por textos introdutórios, de divulgação, mas ainda assim importantes, se lembrarmos que praticamente não existiam até poucos anos atrás. Pensamos, portanto, que essa produção medievalística brasileira merece alguns comentários, ainda que rápidos. Consideremos para tanto, as obras publicadas nos últimos dez anos.

Naturalmente, o valor dessa produção é desigual, conforme o objetivo de cada obra e a capacitação de seus autores para os estudos medievalísticos: entre nós, a especialização nem sempre é considerada como um dado importante para a elaboração de um livro. Não se trata de defender um “corporativismo medievalístico”, mas, como é óbvio o especialista está melhor instrumentalizado para falar de seu objeto de estudo. E mesmo numa obra de divulgação, a familiaridade com a documentação e com a bibliografia clássica e atual, acaba transparecendo e marcando a diferença entre um texto elaborado a partir de um contato superficial com o assunto e um texto alicerçado em pesquisas e reflexões contínuas.

Temos no primeiro caso, seguindo uma ordem cronológica de publicação, a *História do mundo feudal*, de Mario Curtis Giordani (Petrópolis, Vozes, vol.I, 1974, vol.II/1, 1982, vol.II/2, 1983). Esta obra faz parte de um amplo painel da História das Civilizações traçado pelo autor, que anteriormente publicara sete livros, tratando de diferentes civilizações. Na obra que ora nos ocupa, ficam exemplificados os comentários que fizemos mais acima. Apesar de ser um livro correto, suas 1492 páginas nada acrescentam ao conhecimento histórico

sobre o período, pois é essencialmente narrativo, com um grande número de citações literais de uma bibliografia várias vezes ultrapassada ou inadequada. Limitando-nos, por ser mais recente, ao segundo volume da obra (em dois tomos), verificamos que de uma bibliografia com 321 títulos citados, mais de um terço é constituído por manuais e textos não específicos sobre o assunto estudado.

O resultado disso tudo, para ficarmos num pequeno mas significativo exemplo, é que o item “A mentalidade medieval” está baseado, como o autor explicita, numa obra antiga, de 1943, de Regime Pernoud, o que não chega a ser uma boa referência. Portanto, o prof. Giordani parece desconhecer as reflexões metodológicas feitas por Duby (1961), Le Goff (1974) e Ariès (1978) sobre a vertente historiográfica conhecida por História das Mentalidades. De fato, ele não incorpora a seu trabalho obras imprescindíveis sobre o assunto, como as daqueles três estudiosos e de todo um grupo de conceituados medievalistas (Cardini, Cohn, Dupront, Ladurie, Russell, Schmitt, etc).

Sem a prolixidade da obra anterior, pois incluída numa coleção de livros de bolso, *Sociedade feudal: guerreiros, sacerdotes e trabalhadores*, de Francisco Teixeira da Silva (S. Paulo, Brasiliense, 1982) sofre de males semelhantes. O autor chega mesmo a justificar o não acesso direto às fontes por ser este “um luxo dispensável, dado o caráter desta coleção” (p. 84). Ora, naturalmente não seriam necessárias notas eruditas citando essas fontes (já que isso foge aos moldes da coleção em pauta), para que sua utilização enriquecesse o livro, transmitindo ao leitor as informações e a “atmosfera histórica” do período com maior originalidade e rigor. Na tentativa de substituir o insubstituível (as fontes, as matérias-primas do historiador), o autor afirma que “recorremos à literatura disponível e, simultaneamente, procuramos realizar um balanço dos conhecimentos mais atuais” (p. 84). Contudo, das 21 obras citadas na bibliografia, apenas 4 são (nas suas edições originais) da década de 1970, todas as outras mais antigas, de forma que o domínio incompleto e desatualizado da historiografia por parte do autor não chegue a compensar o desconhecimento das fontes primárias.

Tudo isso obviamente transparece ao longo do texto e até mesmo no título da obra. De fato, falar em “guerreiros, sacerdotes e trabalhadores” revela desconsideração pela visão que a época tinha de si mesma: falava-se, nessa ordem, em *oratores, bellatores, laboratores*. Ou seja, colocava-se em primeiro lugar – e isso não é preciosismo inútil para quem está preocupado em entender a Idade Média como ela foi e não como alguns a querem imaginar – os eclesiásticos, os que oravam. E, grave questão, não se pode traduzir *oratores* por “sacerdotes”.

Estes, tendo sido ordenados, podem ministrar sacramentos, enquanto *oratores* eram todos os eclesiásticos, mesmo os não ordenados: boa parte dos monges, segmento importantíssimo na Igreja medieval, não recebia a investidura sacerdotal.

Mesma confusão, aliás, que aparece (p. 52, 54, 55, etc) em *O mundo carolíngio*, de Sônia Regina de Mendonça (S. Paulo, Brasiliense, 1985). Falta de rigor que surge ainda em outras passagens, por exemplo: “traço característico da economia da época foi o desperdício” (p. 21), idéia problemática pois implica em comparação com outros períodos, em juízo de valor; “desde 451 o cristianismo era a religião oficial dos imperadores romanos” (p. 47), o que em verdade ocorreu em 381; “império unificado” (771-843), afirmativa cronologicamente errada, pois como é óbvio o império no seu sentido exato renasce apenas em 800 com a coroação de Carlos Magno. Por fim, o próprio é discutível, na medida em que não mais de um terço do livro é dedicado ao mundo carolíngio. Corresponderia melhor ao seu conteúdo intitulá-lo “A Alta Idade Média Ocidental” ou algo semelhante.

No ano seguinte, eram colocados à disposição dos interessados duas obras tratando do mesmo assunto. A primeira, *O feudalismo*, de Paulo Miceli (S. Paulo – Campinas, Atual-UNICAMP, 1986), com uma proposta claramente didática, resvala talvez por isso pelos problemas detectados no livro anteriormente comentado. De fato, mais do que do feudalismo – uma globalidade histórica que deve ser entendida como tal – o autor trata da época feudal, cujos componentes desfilam de forma algo linear. Ademais, as concessões didáticas além de certa superficialidade do texto, levam a imprecisões importantes, como não diferenciar escravos e servos (p. 28, 30, 35, 36, 39, etc), tratados vagamente como se fossem uma mesma coisa, ou a generalizações como “o mundo feudal se opunha ao burguês e vice-versa” (p. 45), fórmula que os estudos mais recentes são levados cada vez mais a matizar. Ainda assim, em certos momentos o autor chega próximo à sua intenção de conhecer “a matéria-prima que me fascina: os seres humanos” (p. 2).

Do mesmo assunto ocupa-se, porém com pretensões mais restritas como indica o título, *O Feudalismo: economia e sociedade*, de Hamilton Monteiro (S. Paulo, Ática, 1986). Mas as deficiências são semelhantes. No “vocabulário crítico” incluído no final do livro, feudo é definido como “*terra* cedida a um nobre. . .”, com o autor desconsiderando portanto as diversas modalidades de feudos não fundiários; enfeudação é o “processo pelo qual o *monarca* distribuía *terras*. . .”, esquecendo-se que poderia ser também a entrega de qualquer bem ou direito por parte de um nobre a outro; suserano “designava o que possuía

vassalos”, isto é, o termo é tomado como sinônimo de senhor feudal, enquanto que suserano é “senhor de outro(s) senhor(es)”. Praticamente, sem apresentar deslizes técnicos como esses, o corpo do livro não traz porém contribuições para um melhor conhecimento sobre o assunto. Ele apenas articula as informações extraídas de uns poucos livros (metade da bibliografia não é específica) em torno do esquema explicativo de Perry Anderson. Ou seja, o autor, com estudos em História do Brasil, paga o preço de uma incursão por uma área fora de sua especialização.

Contudo, não necessariamente uma incursão desse tipo resulta em obra de valor limitado. A prova está no bem feito *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*, de Ronaldo Vainfas (S. Paulo, Ática, 1986). Recorrendo a uma bibliografia pequena mas, bem selecionada e atualizada, o autor montou um texto formalmente bem escrito e tecnicamente rigoroso. Um exemplo disso está no “vocabulário crítico” que define com precisão termos nem sempre fáceis devido a flutuações no seu significado ao longo da Idade Média, como fornicação ou sodomia. Sobretudo, este pequeno livro mostra como é possível, mesmo num texto de divulgação, problematizar certas questões, relativizar outras e haver um posicionamento do autor, que não precisa ser em função da não-especialização e do pequeno número de páginas um mero compilador.

Mas, como seria de se esperar, um maior número de contribuições vem não dos medievalistas ocasionais, e sim dos que se dedicam plenamente ao estudo da Idade Média. Neste caso, temos também aqui mantendo a ordem cronológica de publicação, *A legislação econômica e social consecutiva à Peste Negra de 1348 e sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média*, de Victor Deodato da Silva (S. Paulo, Coleção da Revista de História, 1976). Tendo sido originalmente uma tese de doutoramento, este trabalho revela a originalidade, profundidade e rigor que convém a este tipo de estudo. Para tanto, o autor lançou mão de uma bibliografia específica e de várias fontes primárias.

Procurou desta forma fazer com que sua tese acadêmica atingisse três objetivos: “evitar que ela se constituísse numa compilação; fugir aos temas que implicassem na utilização de fontes de caráter literário, o que tem sido a regra de obras de história geral entre nós; e, finalmente, dar realce aos problemas de erudição, igualmente pouco cultivados em nosso meio universitário.” (p. 5). Se esta última meta não pôde ser inteiramente atingida, foi em função da distância dos arquivos, sempre um fator limitador para quem trabalha com História Medieval fora da

Europa. De toda forma, o autor conseguiu realizar um importante trabalho, que mostra como a Peste Negra contribuiu para a configuração da depressão de fins da Idade Média e para a promulgação de toda uma legislação que buscava reordenar as sociedades abaladas pela epidemia. Esta, então, apesar de elemento exógeno da crise geral da época, favoreceu o fortalecimento do Estado e desta forma “se não iniciou a Idade Moderna, pelo menos contribuiu poderosamente para a modernização das estruturas.” (p. 247).

Outro importante fenômeno da Idade Média foi estudado, ainda que com intenção diversa, nas *Heresias medievais*, de Nachman Falbel (S. Paulo, Perspectiva, 1977), que se trata, segundo o próprio autor, de um “modesto estudo”, que pretende fornecer sobre o assunto “uma síntese e uma orientação inicial” (p. 99). Coerentemente com esta proposta, o livro não tenta examinar todas as heresias dos séculos XII e XIII, mas apenas aquelas que tiveram maior repercussão. Seguem-se uma rápida avaliação bibliográfica sobre o tema, alguns excertos documentais, uma lista dos diversos nomes dados aos dualismos heréticos medievais e uma lista de fontes e de obras importantes para o estudo do assunto. Desta forma, o livro cumpre bem seu papel de introdução ao tema. Contudo, em alguns momentos, talvez preocupado em ser fiel ao seu propósito, o autor tenha sido mais descritivo que o necessário, não marcando suficientemente as articulações entre heresias-sociedade-cultura-mentalidade. Daí, por exemplo, afirmar que Joaquim de Fiore “poderia ser considerado como a fonte principal das heresias populares” (p. 23), e que ele com suas idéias “iria fornecer os elementos para o desenvolvimento de novas heresias” (p. 79). Tal interpretação nos parece muito personalizante: a própria aceitação do joaquinismo mostra que ele respondia a anseios coletivos, com raízes bem anteriores àquele monge. Por outro lado, a autoridade e o prestígio de Joaquim de Fiore levou a que mais ou menos 25 textos diferentes tenham sido falsamente atribuídos a ele, e muitos deturpando suas idéias (cf. West, D. C. e S. Zimdars-Swartz *Joachim of Fiore. A study in spiritual perception and history* Bloomington, Indiana University Press, 1983, p. 99).

Também possivelmente, levado pelo caráter de divulgação da obra, que não exige o rigor de trabalhos mais acadêmicos, o autor tenha recorrido muito de perto a um longo trecho, não citado, de outra obra:

“os ‘irmãos’ e ‘irmãs’ valdenses foram, então, obrigados a retirar-se para a vida clandestina, recolhendo secretamente sequazes e simpatizantes (*amici, credentes*) entre os seculares que ofereciam

comida ou hospitalidade, pois eles mesmos, como os Perfeitos, haviam renunciado ao trabalho manual e dedicavam-se com exclusividade à pregação ambulante e à assistência pastoral de seus adeptos. Cumpriam o tríplice voto da pobreza, da castidade e da obediência aos superiores, isto é, ao próprio Valdo, como a um encarregado de Deus, *praepositus et pontifex omnium*, e aos bispos, presbíteros e diáconos por ele ordenados. As *Sagradas Escrituras*, que traduziram para as línguas vulgares e que recomendavam calorosamente para leitura, tinham o valor de norma doutrinária absoluta e de código jurídico. Com o passar do tempo, os valdenses italianos afastaram-se ainda mais da Igreja, negando provavelmente, sob influência dos cátaros, o Purgatório, o valor da oração pelos defuntos e as missas de sufrágio, o culto dos santos, as indulgências, o juramento, o serviço militar e a pena de morte, admitindo como sacramento apenas o batismo, a eucaristia e a penitência. A seita valdense não conseguiu manter-se unida por muito tempo. Os valdenses lombardos queriam ter, malgrado a oposição de Valdo, a eleição e a ordenação de seus próprios pastores e conservar as suas próprias associações de artesãos, isto é, a prática do trabalho manual remunerado. Assim, em 1210, houve uma ruptura que continuou ainda depois da morte do fundador, em 1217. Enquanto os valdenses da França, confinados em grande parte no Languedoc, na Provença e no Delfinado, mantinham, apesar de suas doutrinas heréticas, certo liame com a Igreja Católica e participavam de sua liturgia, os valdenses italianos passaram à mais agressiva oposição, negando a validade dos sacramentos administrados por sacerdotes católicos e instituindo um serviço litúrgico próprio. Este ramo lombardo desdobrou-se numa grande atividade e, valendo-se de uma propaganda clandestina ativa, conseguiu difundir-se não só no Piemonte e na Sabóia, mas também na Alemanha Meridional e Oriental, na Boêmia, na Morávia, na Polônia, na Hungria, na Itália Meridional, conquistando muitos adeptos. A Inquisição teve muito trabalho com eles até a época do Renascimento. Muitos valdenses foram levados à fogueira e outros reconquistados pela persuasão pacífica.” (p. 62-63).

Em K. Bihlmeyer e H. Tuechle *História da Igreja* vol. 2, S. Paulo, Paulinas, 1964, p. 225-226 lê-se:

“os ‘irmãos’ e ‘irmãs’ valdenses viram-se então obrigados a se retirarem para a vida clandestina, recolhendo secretamente

sequazes e simpatizantes (*amici, credentes*) entre os seculares que lhes ofereciam acolhida e hospitalidade, pois que eles mesmos como 'perfeitos' haviam renunciado ao trabalho manual e se dedicavam exclusivamente à pregação ambulante e à assistência pastoral dos seus adeptos. Emitiam o tríplice voto de pobreza, castidade e obediência aos superiores, isto é, a Valdo mesmo, qual encarregado de Deus 'praepositus et pontifex omnium', e aos bispos, presbíteros e diáconos por ele ordenados. A *Sagrada Escritura*, que traduziram para as línguas vulgares e era por eles calorosamente recomendada para a leitura, tinha valor de norma doutrinal absoluta e de código jurídico. Com o correr do tempo, os valdenses italianos afastaram-se ainda mais da Igreja, negando provavelmente sob influxo dos cátaros, o purgatório, o valor da oração pelos defuntos e as missas de sufrágio, o culto dos santos, as indulgências, o juramento, o serviço militar e a pena de morte, e admitindo como sacramentos somente o batismo, a eucaristia e a penitência. A seita valdense não conseguiu manter-se unida por muito tempo. Os lombardos queriam ter, malgrado a oposição de Valdo, a eleição e a ordenação dos próprios pastores e conservar as suas associações de trabalhadores, isto é, a prática do trabalho manual remunerado; assim, em 1210 chegou-se à ruptura que permaneceu ainda depois da morte do fundador (1217). Enquanto os valdenses da França, confinados substancialmente no Linguadoc, na Provença e no Delfinado, não obstante suas doutrinas heréticas, mantinham, contudo, certo liame com a Igreja católica e participavam da sua liturgia, os valdenses italianos passaram à mais agressiva oposição, negando a validade dos sacramentos administrados por sacerdotes católicos e instituindo um serviço litúrgico próprio. Este ramo lombardo desdobrou-se numa grande atividade e força vital; valendo-se de uma propaganda clandestina ativa conseguiu difundir-se não só no Piemonte e na Sabóia, mas também na Alemanha meridional e oriental, na Boêmia, na Morávia, na Polônia, na Hungria e na Itália meridional, conquistando muitos adeptos. A inquisição teve muito que fazer com eles até ao tempo do Renascimento; muitos valdenses foram levados à fogueira, outros, porém, reconquistados com a persuasão pacífica."

Outro trabalho originalmente acadêmico, no caso uma dissertação de mestrado, é *As viagens de Chaucer à Itália*, de Jonatas Batista Neto (S. Paulo, Boletim da FFLCH da USP, 1977). Nele o autor pretende

verificar a influência italiana na obra de Chaucer, tema que lhe foi despertado pela verificação de que, estranhamente, são poucas as referências daquele poeta inglês do século XV à Itália, que visitou em duas ou três oportunidades. Mas como a presença de Chaucer na península não era fato isolado, fazendo parte de toda uma corrente secular de ingleses que para lá se dirigiam, tal aspecto também é estudado, para melhor contextualizar aquelas viagens. Buscando rastreá-las e examinar o grau de influência da literatura italiana na obra de Chaucer, o autor além naturalmente das obras do poeta recorreu a alguns outros documentos e a uma pequena bibliografia. Na verdade, o texto está mais alicerçado na historiografia do que nas fontes primárias, talvez insuficientemente exploradas, o que resulta num trabalho que não chega a alterar significativamente o conhecimento preexistente sobre o assunto. Contudo, isso se deve aos próprios limites de uma dissertação de mestrado, de forma que considerado esse objetivo, o livro possui evidentes méritos.

O mesmo autor (em parceria com José Alberto Batista) lançou anos depois, com pretensão diversa, Joana D'Arc (S. Paulo, Moderna, 1985). Constante de uma coleção introdutória de biografias, o texto consegue ao mesmo tempo satisfazer seus objetivos de divulgação com uma linguagem clara e idéias bem estruturadas, e atender aos interesses do leitor melhor familiarizado com o assunto. De fato, em poucas páginas os autores resumiram com muito sucesso a trajetória da heroína francesa. E, mas importante, sem fetichizar a personagem, inserindo-a na sociedade do seu tempo.

No ano seguinte, vinha à luz *A história e o conceito na literatura medieval. Problemas de estéticas*, de Katharina Holzermayr Rosenfield (S. Paulo, Brasiliense, 1986), originalmente uma tese de doutoramento defendida na França sob a orientação de Jacques Le Goff. Examinando três obras literárias do século XII comumente classificadas como de três gêneros diferentes – os *Lais* de Maria de França, *Guilherme da Inglaterra* de Chrétien de Troyes e *Tristão e Isolda* de Béroul – a autora considera “como inseparáveis a análise da estrutura e a do sentido” (p. 10). Ou seja, mostra que a interpretação “depende menos das continuidades temáticas através das obras do que, ao contrário, das discontinuidades na organização de uma matéria, de um estoque de elementos infatigavelmente retomados” (p. 9). Desta forma, o estudo trilha um caminho diverso daquele seguido por alguns conhecidos medievalistas, que, segundo a autora, hipervalorizam as continuidades intertextuais minimizando portanto a liberdade poética e a autonomia de cada obra.

A abordagem proposta pretende redescobrir a lógica própria do texto estudado e considerar adequadamente as auto-referências encon-

tráveis nas obras medievais. Logo, coloca num segundo plano as questões sobre a identidade dos autores daquelas obras, preocupação de muitos estudiosos e que na verdade dificulta a compreensão da especificidade e do sentido do texto literário analisado. Assim, para este livro algumas vezes discutível, mas denso e de inegável valor, a literatura deixa de ser um reflexo da realidade histórica para ser elemento que “joga com as virtualidades de um presente que, apreendendo o passado, abre perspectivas novas” (p. 129).

Também no ano passado safa um trabalho de divulgação de muito bom nível, dentro da atual e promissora linha de investigação da história das mentalidades, ainda pouco praticada no Brasil: *O Diabo no imaginário cristão*, de Carlos Roberto Nogueira (S. Paulo, Moderna, 1986). Após acompanhar as origens do Anjo Rebelde e sua incorporação pelo Cristianismo, com o papel que nele desempenha, o autor acertadamente conclui que a atividade do Diabo e seus agentes “incorporava-se nos comportamentos divergentes e auxiliava a coletividade no reconhecimento e repúdio dos mesmos. Era necessária para a coletividade cristã a existência e a encarnação do Mal.” (p. 79).

Diante da vastidão do assunto a ser tratado em poucas páginas e de forma acessível, a existência de pequenos deslizos em nada diminui o valor do livro. É o caso, por exemplo, do uso discutível de Diabo e demônio como sinônimos; ou da afirmação que os demônios incubos defloravam as virgens (p. 44), o que nem sempre acontecia (Koning, F. *Incubos y succubus* Barcelona, Plaza & Janes, 1977, p. 105); ou de que segundo Tomás de Aquino o Diabo pode conhecer o futuro (p. 48), o que é falso (*Suma Teológica* I, Q. 57, a. 3); ou a citação de algumas obras ultrapassadas deixando de lado produções recentes como B. Teyssèdre, *Naissance du Diable, de Babylone aux grottes de la mer morte* e do mesmo autor *Le Diable et l'Enfer au temps de Jesus* (ambas Paris, Albin Michel, 1984) e J. B. Russell, *Lucifer, the devil in the Middle Ages* (Nova York, Cornell University Press, 1984).

Em moldes semelhantes – obras de divulgação de pequeno formato, mas com pretensão a certo rigor e certa atualização bibliográfica e metodológica – publicamos em 1981 *As Cruzadas* (S. Paulo, Brasiliense, 5ª ed. 1987), em 1983 *O Feudalismo* (S. Paulo, Brasiliense, 6ª ed. 1987), em 1986 *Dante, o Poeta do Absoluto* (S. Paulo, Brasiliense). E, num espírito diverso – tentativa de examinar a Idade Média na sua globalidade e no seu papel de matriz da civilização ocidental – *A Idade Média: o nascimento do Ocidente* (S. Paulo, Brasiliense, 1986).

Das pesquisas em fase de conclusão e que proximamente redundarão em publicações, temos conhecimento de duas: um texto introdu-

tório, *As invasões bárbaras*, de Maria Sonsoles Guerra (S. Paulo, Ática) e outro de maior fôlego e profundidade, *A crise do combatente montado: da guerra feudal à guerra moderna*, de Victor Deodato da Silva, primeiro volume de sua trilogia *Nobreza e cavalaria em fins da Idade Média* (Belo Horizonte – S. Paulo, Itatiaia-EDUSP).

Em suma, a produção medievalística no Brasil ainda que pequena e de qualidade desigual, aos poucos parece ir alcançando padrões relativamente elevados diante das dificuldades materiais em se trabalhar com tal assunto em nosso país. Assim, esperamos que ao longo da próxima década a medievalística brasileira possa alcançar a maturidade e bem cumprir portanto seu papel no desenvolvimento historiográfico e, de maneira mais ampla, cultural de nosso país.